

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 3 de abril de 2023 - Ata n.º 22.

Aos três dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Alexandre Curi** (1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **22.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria, 2.ª Secretária desta Casa, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 21.ª Sessão Ordinária, de 29 de março de 2023.) Era o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Há Expediente, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 53/2023** da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, encaminhando resposta a requerimento das Deputadas Mabel Canto, Ana Júlia, Luciana Rafagnin, Marli Paulino e Maria Victória; **Ofício n.º 61/2023** da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, encaminhando resposta a requerimento das Deputadas Mabel Canto, Cantora Mara Lima, Luciana Rafagnin, Márcia Huçulak, Flávia Francischini, Cristina Silvestri, Marli Paulino e Maria Victória; **Ofício n.º 183/2023** da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofícios n.ºs 213/2023, 214/2023, 218/2023, 224/2023, 223/2023, 222/2023, 219/2023, 221/2023, 225/2023, 227/2023, 220/2023, 230/2023, 229/2023, 226/2023 e 228/2023** do Gabinete do Governador, comunicando as sanções dos Projetos de Lei n.ºs 192/2022, 199/2021, 59/2023, 104/2022, 512/2022, 646/2021, 58/2023, 61/2023, 518/2022, 60/2023, 295/2022, 294/2022, 13/2023, 63/2023 e 62/2023; **Ofício n.º 641/2023** do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado das Cidades a requerimento dos Deputados Tercílio Turini, Evandro Araújo, Delegado Jacovós, Cobra Repórter, Arilson Chiorato e Cloara Pinheiro; **Ofício n.º 645/2023** do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação a requerimento do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 652/2023** do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimento do Deputado Anibelli Neto. Era o que continha no Expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente, Deputado Luiz Fernando Guerra. Antes disso, registro a presença dos alunos dos 8.º e 9.º anos do ensino fundamental e 2.º e 3.º do

ensino médio do Colégio Estadual Olindamir Merlin Claudino, da Fazenda Rio Grande, acompanhados pela Professora Jacinta e a bibliotecária Roberta. Sejam bem-vindos a esta Casa.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, colegas, amigos Deputados, todos os jornalistas, imprensa e funcionários desta Casa de Leis. Primeiro, uma saudação à Dona Irma Barichello, mãe do Delegado Tito, que se faz presente, aos 90 anos de idade, aqui na nossa Casa. Parabéns, Delegado Tito. Quão importante é ter a família junto da gente. Hoje, Presidente, serei bastante breve, mas não poderia me furtar de fazer um pronunciamento apenas de agradecimento. Quando temos que fazer críticas, Deputado Do Carmo, aqui desta tribuna, fazemos. Agora, no momento de elogio, Vice-Líder Gugu Bueno, acabamos muitas vezes deixando *passar batido*. Quero fazer um registro aqui nos anais desta Casa com relação à atuação firme e forte do Governo do Paraná, em especial na minha região Sudoeste do Paraná, porque na semana passada fizemos a entrega da tão sonhada obra da PRC-280. Um marco histórico, uma luta antiga, toda a sociedade civil que se fez presente, entidades de classe - cito aqui a OAB-PR na pessoa do Ex-Presidente, Dr. Eduardo Tobera, meu querido amigo, o Governador Ratinho, o Vice Darci Piana, Secretários de Infraestrutura e Logística, todo esse aparato do Governo do Estado que fez esse sonho se tornar realidade. Uma obra, minha querida Márcia, uma obra histórica; uma obra em concreto, 60 quilômetros, investimento de R\$ 110 milhões. Mas, não parou por aí. Para surpresa nossa, para o agrado da população do Paraná, o Governador assinou também a continuidade, Marcel Micheletto, dessa obra tão importante do município, da cidade de Palmas até a cidade de Clevelândia. Quarenta e cinco quilômetros a mais, também em concreto, investimento de 187 milhões por parte do Governo do Estado. Nós que aqui estamos discutindo, Deputado Fábio, a questão do pedágio nas estradas do Paraná, quero ressaltar e reafirmar que esse trecho é um investimento 100% por parte do Estado do Paraná, que dará mais trafegabilidade, segurança nesse corredor tão importante do nosso Estado, escoamento de safra para o nosso Porto de Paranaguá. Uma região que há muitas décadas sonhava com uma obra como essa e que hoje, graças ao trabalho

competente do Governador Ratinho, estamos fazendo a entrega à população. Quero crer que nos próximos dois anos, talvez, possamos concluir essa obra. E aí quem sabe, talvez, Deputado Corti, levar essa obra até a minha querida cidade de Pato Branco, para fazer com que realmente o Sudoeste do Paraná continue sendo essa terra de gente trabalhadora, que merecia por muito tempo uma obra dessa magnitude. Então, não vou conceder um aparte para o senhor porque estou no Pequeno Expediente, Deputado Corti, mas gostaria de deixar aqui o meu abraço, a minha palavra de gratidão ao Governador Ratinho por ter concluído esse sonho. Sonho não meu, do Deputado Guerra, não dos Deputados que representam a região, mas sim do Estado do Paraná. Talvez desejaria que o Governo pudesse continuar com esse desenvolvimento econômico e que pudéssemos levar uma obra dessa magnitude para a 323, para a 092, porque acredito que com trabalho sério, com competência, com eficiência, com gestão poderemos fazer isso no Estado do Paraná. Então, aqui, de público, meu agradecimento ao Governador e a toda a sua equipe por essa obra maravilhosa. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença aqui na Casa do Líder do Governo na Câmara Federal, Deputado Zeca Dirceu. Seja bem-vindo aqui na nossa Casa, Zeca. Próximo orador, Deputado Fábio Oliveira.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, muito boa tarde. Muito boa tarde aos nobres colegas, Ex.^{mos} colegas, aos servidores desta Casa e também aos profissionais da imprensa que sempre nos acompanham. E quero deixar aqui também uma calorosa saudação para os colegas que sentiram saudades de mim, após essas duas semanas que estivemos em missão, representando a Assembleia Legislativa aqui do Estado do Paraná no Japão. E, Sr. Presidente, apesar de estar tão longe, estar a 12 horas de fuso, de distância aqui do Brasil, não estávamos longe do que estava acontecendo em nível de Brasil e em nível de Paraná. E uma mensagem, uma reportagem que chegou até mim me causou muita estranheza e fiquei estarecido, quando soube que um legislador do Brasil tinha sido ameaçado de morte por um grupo criminoso. Mesmo estando à distância, não pude me furtar neste momento de trazer essa

informação. E não só sobre esse assunto, mas também de outro assunto que na verdade não deveria nos chamar a atenção mais, a não ser porque estão tentando manipular a narrativa - aqueles grupos críticos à Operação Lava Jato. Tacla Duran é um assunto antigo, é um assunto velho, é um assunto frio, arquivado e muito bem resolvido; não só pelo Ministério Público Federal, mas também pela Procuradoria-Geral da República. E por um motivo cabal - o motivo cabal é exclusivamente a falta de provas. E mais uma vez o assunto Tacla Duran é requeitado não duas vezes, mas três vezes. É uma tentativa de endeusar, de tornar inocente Tacla Duran, mas é o mesmo que confessou ter lavado mais de US\$ 300 milhões junto com a Construtora Odebrecht. E não só isso, Deputado Guerra, não só isso, mas ele é réu em quatro processos. E não só isso, ele ainda tentou enganar a Justiça diversas vezes. E aí gostaria de fazer uma pergunta, Sr. Presidente: Qual a intenção de se trazer à tona, com a suspensão preventiva da prisão de Tacla Duran, a fala mentirosa e sem credibilidade de um criminoso? Qual o objetivo de se trazer luz, holofotes para um criminoso confesso? Faço das palavras de Deltan Dallagnol as minhas palavras quando ele disse: *Tacla Duran é mentiroso compulsivo, criminoso confesso e lavador de dinheiro profissional*. Outra pergunta que faço é: Por que o Juiz Eduardo Appio, apoiador de Lula, claramente parcial nessa questão, decidiu ouvir e soltar Tacla Duran? Qual a intenção de se requeitar pela terceira vez essa história? É bom lembrar que, além de ter contribuído financeiramente para a campanha de Lula, o Juiz Appio criou e fez uma homenagem ao nosso Presidente colocando como senha do seu login: *LUL22*. Que raios de isenção é essa? Appio disse na semana passada, e aqui abro aspas novamente: *Revoguei sua prisão preventiva decretada com base na minha convicção pessoal. Tenho plena e total certeza de que foi a melhor decisão*. Por isso, Deputada Márcia Huçulak, parece ser conveniente para os críticos da Lava Jato a criação dessa *cortina de fumaça*, inacreditavelmente logo depois de vir à tona a estratégia criminosa por parte de membros do PCC de sequestrar, torturar e matar o Juiz Sérgio Moro. E, pior, não só para ele, mas também para toda sua família. É um fato revoltante, é um fato que não podemos concordar e foi tratado com troça, foi tratado por piada pelo nosso Presidente, o Presidente Lula.

E, como se não bastasse, Sr. Presidente, o Blog Petista *Brasil 247*... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): ... publicou ameaças claras de morte não só a Moro, mas também a Deltan Dallagnol. O mesmo Blog, citado como preferido de Lula enquanto estava preso, mostrou que o Presidente da República tem uma só vontade, que é de fazer vingança contra Moro. Que sentimento nobre de um Presidente - vingança. O Presidente que vestiu um boné do PCC, cujo Ministro da Justiça tem passe livre dentro da favela, de um crime organizado, no qual entrou sem qualquer aparato de segurança. Essa tentativa de enfraquecer a luta, Sr. Presidente, anticorrupção do País, de desencorajar e ameaçar os principais nomes do combate à corrupção e da Lava Jato fazem parte de um esquema que coloca nós paranaenses e todos os brasileiros em risco. A ameaça a Deltan e a Moro é uma ameaça a todo o cidadão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encerrar, Deputado.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): ... e não vamos admitir que esse tipo de narrativa seja construída aqui nesta Casa de Leis. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Requião, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, não vou perder tempo nem com Moro, nem com Dallagnol, tenho um assunto bem mais sério para falarmos hoje. Recebemos hoje no gabinete o pessoal do Hospital do Coração Bom Jesus, de Ponta Grossa, e venho pedir ao Líder Hussein Bakri e à Márcia Huçulak, como Presidente da Comissão de Saúde, ajuda. Em época eleitoral, estiveram presentes no Hospital do Coração Bom Jesus diversas figuras políticas pedindo, exigindo que o hospital abrisse a ala de ortopedia. Eles não tinham sequer equipe.

Em cima da promessa feita por membros do Governo e pelo Robson, da Secretaria de Saúde, contrataram uma equipe. E, Deputado Hussein, o Hospital do Coração Bom Jesus fecha as portas nesta quinta-feira se o Governo não pagar pelo menos uma parte da sua dívida. Um hospital que atende 80% do SUS. Só na área de ortopedia, mais de um milhão e meio de dívidas do Governo com o hospital; no total de outros convênios, as dívidas passam de R\$ 6 milhões. Um hospital que atende Ponta Grossa e toda a região, um hospital que, perto de um feriado, estará de portas fechadas, pois não tem condições financeiras de estar aberto. E o Sr. Robson, a mando do Dr. Beto Preto, nosso Secretário da Saúde, em ano eleitoral, garantiu a assinatura de convênio e pagamentos que nunca aconteceram. A Prefeita de Ponta Grossa esteve lá, o Robson esteve lá, o Sandro Alex esteve lá, a única coisa que não apareceu por lá é o pagamento dos convênios. E precisamos que esses convênios sejam pagos, ou Ponta Grossa e região ficarão com menos um hospital. É um absurdo que isso aconteça. Acho que devemos mandar ofícios para a Secretaria da Saúde para saber o que está acontecendo, porque esse convênio sequer foi pago, uma dívida de um milhão e meio só na ortopedia, chegando a mais de R\$ 6 milhões nas demais áreas. É muito pesado para um hospital que atende SUS ter um rombo desse tamanho. Esta Casa precisa fazer alguma coisa, pois, em ano pré-eleitoral, as promessas foram muitas; passada a campanha, o hospital está *a ver navios* e sequer é atendido. Peço a compreensão e a ajuda dos senhores. Era isso, muito obrigado.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): *Pela Ordem*, Sr. Presidente. Deputado Requião, não sou Presidente da Comissão de Saúde, é o Deputado Tercilio Turini.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com a palavra a Deputada Márcia Huçulak, no Grande Expediente.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, Deputados e Deputadas. Na semana passada, tive a honra de representar esta Casa no 15.º Seminário da Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Benéficos do Estado do Paraná, evento realizado na Associação Médica aqui em Curitiba. Trata-se de

um encontro bastante tradicional, reunindo um segmento importantíssimo, que este ano abordou um tema sobre o qual todos precisamos de atenção, que é a sustentabilidade financeira das Santas Casas e dos hospitais beneficentes, instituições que são o grande alicerce do Sistema Único de Saúde no Paraná. A Federação das Misericórdias reúne mais de 71 instituições hospitalares, que são responsáveis por mais de 50% dos atendimentos do SUS no Estado e chegam a atender mais de 70% dos procedimentos de alta complexidade. Não é de hoje que venho apontando a necessidade de revisão do financiamento de todo o sistema de saúde pública, sem o qual corremos um sério risco de comprometimento na universalidade do atendimento à saúde. Tratei deste assunto também nas conferências municipais de saúde de Curitiba e Umuarama. A universalidade, como os senhores e as senhoras bem sabem, significa inclusão e é o que garante em grande medida a qualidade de vida e a longevidade que temos no nosso querido Estado do Paraná. O Paraná é um dos estados mais longevos da nação. O SUS é um caso único no mundo, garantindo o direito à saúde sem discriminação ou exclusão aos 213 milhões de brasileiros e de brasileiras. É um orgulho do qual precisamos falar constantemente. Em 2016, a Emenda Constitucional n.º 95 agravou o subfinanciamento do SUS, ao consolidar a participação de recursos orçamentários federais em apenas 1,7 do seu PIB. Com isso, essa Emenda representou quase 37 bilhões a menos no orçamento do tão combatido SUS, entre 2018 a 2022. A sustentabilidade financeira do sistema voltou a ser pressionada neste período pós-pandemia, entre outros motivos pelo represamento de serviços que precisam agora ser compensados e pelo aumento de demanda - porque novos usuários adentraram ao sistema ao perderem seus planos de saúde empresariais. Nos últimos anos, estados e municípios assumiram grande parte dos custos que antes eram bancados pela União, que já foi responsável, na década de 90, por mais de 70% do custeio da saúde pública no Brasil. Hoje, arca apenas com 42%, pressionando assim estados e municípios, em especial os municípios, que contribuem com a diferença: 58% dos gastos em saúde. É uma queda significativa e constante. O enfraquecimento do SUS pela redução do financiamento federal tem levado as famílias brasileiras, aquelas que

dispõem de algum recurso, a gastarem mais com serviços privados de saúde. Vejam os senhores e as senhoras que o setor saúde como um todo representa 9,6 do Produto Interno Bruto desta nação, mas apenas 3,8% se referem à saúde pública - os demais 5,8% são gastos do bolso das pessoas e das famílias. Estamos falando aqui de serviços, medicamentos, equipamentos e toda gama ligada ao setor saúde. Quando comparamos a outros países que possuem sistemas universais de saúde, o Brasil tem gastos públicos muito inferiores aos gastos privados. Não há como garantir direitos constitucionais sem recursos adequados para a execução de ações e serviços necessários aos princípios da universalidade, integralidade, equidade e descentralização de ações e serviços. Acredito que esta Casa tem condições de contribuir enormemente para o tema, que precisa ser discutido com urgência. Sei que cada Deputado e Deputada nesta Casa tem suas bandeiras e seus propósitos, mas a causa da saúde afeta a todos. Não há como se falar em universalidade, em integralidade do cuidado e se falar em inclusão hoje - ontem comemoramos o *Dia da Conscientização do Autismo* -, tantas demandas que a saúde tem, sem falar de financiamento desse setor. Os gestores do SUS operam milagres diariamente para dar conta das inúmeras demandas da sociedade. O gasto público em saúde no Brasil em 2019 foi de 290 bilhões, o que representa R\$ 1.363,00 por habitante/ano neste País, para dar conta das inúmeras demandas de atendimentos à nossa população. Ao lado de recursos adequados, o encontro promovido pela Federação das Misericórdias tratou de outro tema de grande relevância, a qualificação da gestão da saúde. Usar os recursos públicos com eficiência é obrigação de todos os que trabalham na gestão pública. Não há eficiência sem boa qualificação. Como gestora de saúde que já fui, acompanhei ao longo dos anos os debates promovidos por essa Federação, conheço de perto a contribuição desses encontros para a melhoria da gestão nas instituições. Hoje os nossos serviços hospitalares, comandados pelas filantropias, são exemplos de eficiência na gestão. Este ano a Femipa reuniu uma série de especialistas, aprofundando temas como gestão de recursos humanos, logística e infraestrutura hospitalar, segurança dos pacientes, além de traçar cenários para os próximos quatro anos. Parabenizo aqui o Presidente da

Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Benéficos do Estado do Paraná, o Dr. Charles London, pelo sucesso no evento, bem como a todos os participantes. A gestão pública só tem a ganhar com debates qualificados como os que ocorreram nesse 15.º Seminário da Femipa. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas e Deputados e todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Bem, tenho um assunto delicado a tratar hoje aqui, ia pedir a atenção do Presidente Traiano. Fiz um BO de ameaça na sexta-feira, partida pelo Deputado Renato Freitas, quando citou meu nome duas vezes na fala dele, falando de morte e usando erradamente a Bíblia para encobrir a fumaça do que ele queria falar, até porque quando um não cristão usa uma Bíblia para mim é uma blasfêmia. Não tem nenhum sentido ouvi-la. Lembrando muito bem, para quem conhece um pouco da Bíblia, que o Diabo, quando Jesus estava no deserto, tentou algumas vezes confundi-lo usando a Bíblia. Um sujeito que invade igrejas com certeza não respeita Deus e nem nenhum cristão. A Bíblia fala que o nosso corpo é o templo do Espírito Santo. Quem coloca drogas para dentro do corpo não é cristão. Estou enfatizando aqui para mostrar quem é esse Deputado Renato Freitas, que usa a Bíblia levianamente para enganar os seus seguidores. Teve também a cara de pau de ir a um velório, que é o momento mais doloroso para uma família, quando perde um ente querido, para fazer palanque político, para criticar policiais e defender ou, melhor, não defender ninguém, porque ele não tem credibilidade nenhuma para defender ninguém, porque nesta Casa, até o momento, antes do caso do Caio, que foi vítima de uma abordagem da Guarda Municipal de Curitiba e veio a óbito, todos que ele aqui defendeu tinham passagens pela polícia, como bem levantou o Deputado Delegado Tito Barichello. E não são passagens comuns, não, passagens por assalto, homicídio, tráfico e tudo mais; e morreram em confrontos com a polícia, para o bem da sociedade paranaense. Realmente defendo a Polícia Militar, a Civil, todas as forças de

segurança, que fazem o bem para a sociedade. Agora, quando tem um mau policial, tem que ser punido; da mesma forma quando tem um mau político, um mau médico, um mau advogado ou um mau engenheiro. Não avaliamos uma categoria por um errado ou por mais de um, não podemos nunca generalizar e é isso que esse Deputado tem feito nesta Casa. Até recebemos do Secretário de Segurança Pública uma nota de desagravo quando esse Deputado, levemente, ofendeu e chamou os policiais de assassinos. Isso é inaceitável nesta Casa. E, Presidente Traiano, não para por aí, as ameaças, recebi várias ameaças agora por seguidores desse Deputado, seguidores meliantes, bandidos, óbvio, porque pelo linguajar que foi usado aqui... Olhem só, vou ler um trecho, Presidente Traiano. Perdoem-me as palavras aqui, mas tenho que ler na íntegra isto aqui, ok? Isto aqui foi de um meliante seguidor, defensor do Renato Freitas: *Aí, seu bosta, seu merda, fica ligeiro, não! Falou merda, segura a sua rajada. Ameaça eu, aí nós troca uma ideia de igual. Vem ser machão comigo. Cola – meu nome -, está aí. Me acha, vem trocar uma ideia. Vem trocar uma ideia para tu ver. Eu não te dou direção das suas palavras, seu merdinha. Anda no sapatinho agora, falou! Sua cara está com o povo agora. Anda no sapatinho. Não gosta de receber... Chama seus amigos agora para te ajudar, da PM.* E tem outras falas aqui que não vou ficar lendo, Presidente, mas você vê que isto é uma ameaça de meliantes seguidores desse Deputado infrator, Deputado esse invasor de igrejas, que tem mais de 17 boletins de ocorrência por crime. Isto não é uma brincadeira! Nunca tivemos nesta Casa alguém com esta folha corrida dentro das delegacias do Estado do Paraná. E não será admitido um Parlamentar desta Casa ser ameaçado, nem por Parlamentar e nem por vagabundos seguidores de Deputado. Agora, esse valentão que me chamou para uma conversa, falei: *Manda o teu endereço, valentão.* Não mandou. Liguei em uma videochamada para ele e não atendeu, porque é covarde e vagabundo também. Não tenho medo de ameaça, não. Aqui não! Aqui o *buraco é mais embaixo*. Vamos encaminhar todos estes *prints* à Delegacia de Crimes Cibernéticos, conforme já falei com o Deputado Delegado Tito Barichello, e vamos achar esses vagabundos. Eles vão ver qual é a deles.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Deputado Arruda, o senhor me concederia um aparte?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Lógico. Pois não, Deputado.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Essas ameaças, Sr. Presidente, são graves, porque são contra um representante da sociedade paranaense, membro desta Assembleia Legislativa. Em momento posterior, vou conversar com o Deputado Arruda para juntos irmos à delegacia especializada para buscarmos os autores desses crimes, porque uma ameaça contra o senhor é uma ameaça contra a sociedade paranaense, porque o senhor representa o povo paranaense nesta Assembleia Legislativa. Isto, Sr. Presidente, é inadmissível! Vamos buscar a origem, vamos buscar o IP de onde vieram essas ameaças, para tomarmos providências e providências rigorosas, porque aqui é o Estado do Paraná, aqui vigora a lei e a ordem, Sr. Deputado. Muito obrigado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Eu que agradeço, Deputado Tito. Realmente, não podemos passar por uma situação deste tipo aqui. Nunca tivemos isto aqui, Presidente Traiano. O senhor tem vários mandatos, já estou no terceiro mandato e nunca nesta Casa tivemos este tipo de atitude, nem de Parlamentar e nem de seguidores. Mas, sabem por que acontece? Porque o Deputado Renato Freitas gravou um vídeo dizendo assim: *O Deputado Arruda fez um BO contra mim para me prejudicar*. Não vou ler o texto todo. Aí, ele falou assim, palavras dele: *“Só porque sou um neguinho da periferia, querem me destruir”*. Novamente, covardemente, vitimizandose pela cor da pele, o que é uma vergonha! Já falei que malandro e vagabundo tem de todas as cores. Covardia usar a cor de pele, rapaz! Tenha vergonha na cara! Isto, Presidente, não pode ficar assim. Estou encaminhando um documento à Corregedoria e quero que seja encaminhado isto, por favor, à Presidência da Casa e levar esse Deputado a se explicar na Comissão de Ética desta Casa. Vamos *cortar o mal pela raiz*. Isto não é brincadeira. Aqui fazemos política séria, não brincamos de fazer política. Não

brincamos de fazer política! Não sou moleque para aturar este tipo de coisa, e não admito ameaças em cima do meu nome e da minha família...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo. Peço, por gentileza, que o Deputado Renato ocupe o seu assento. Vossa Excelência está aqui ouvindo o Deputado como se fosse uma afronta. Peço a compreensão. Vossa Excelência tem o seu espaço, portanto peço que ocupe o seu espaço. Esta coisa de ficar olhando como se fosse um confronto ao Deputado não tem espaço aqui nesta Casa. Após a sua fala, esta Presidência tomará as decisões.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, bom, as medidas estão sendo tomadas e serão levadas muito a sério essas ameaças dele e dos cupinchas que o seguem e o protegem. Jamais fiquei me vitimizando por nada na minha vida, não. Levo uma vida muito limpa e transparente, não tenho esse tipo..., essa índole não me pertence. E agora vou voltar também no caso do rapaz, do jovem que perdeu a vida diante de uma abordagem policial muito errada por sinal. Hoje me reuni..., porque não fico aqui fazendo palanque político para enganar a população e nada vai ajudar, nem à família de quem morreu. Falei com o Secretário de Segurança Pública do município. Esse policial, está na cara que errou; vai ser afastado, vai responder e deve, sim, ser preso, porque não *passamos a mão na cabeça* de quem erra. Quem errou, cometeu um crime, tem que pagar pelo crime, diferente desse Deputado que defende qualquer criminoso e agora pegou uma brecha em um jovem que foi vítima, sim, de uma abordagem errada para falar mal de policial como se todos que morressem fossem erros policiais. Não, é uma minoria, uma minoria que infelizmente acontecem os erros. E quem errou tem que pagar, sim. E vou estar muito perto, cobrando, sim, a justiça que tome... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, para concluir, por favor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... que dê tranquilidade à família para que..., óbvio, a dor dessa família não vai curar, só Deus vai curar essa dor, mas

faremos o nosso papel com dignidade, não showzinho para ganhar seguidor no *Instagram*, para ganhar aplausos dessa turma que acredita na desinformação que esse Deputado vem jogando nas suas mídias sociais. É lamentável isso. A mentira corre solta sempre no meio do PT. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência, em função de todas essas acusações pessoais nesta Casa, que não é um ringue,... aliás, tomarei medidas duras e enérgicas. A partir de agora, determino à Corregedoria da Casa, que hoje pela manhã já esteve comigo tratando deste tema, que tome todas as providências necessárias, doa a quem doer. Se realmente for comprovado que as acusações, seja de um lado ou de outro, estejam acontecendo, que a Corregedoria determine, encaminhe a esta Presidência para a Comissão de Ética da Assembleia. Faço mais uma vez o apelo aqui, esta Casa tem imagem, esta Casa não é para inconsequentes e irresponsáveis. O debate é lá na rua, de ordem pessoal, sirva a quem quiser; aqui é para debater ideias, propostas de interesse do nosso Estado. Ideias como hoje, que, em uma movimentação de todos os Deputados e Deputadas, tratamos do autismo. Agora, interno, na esfera pessoal, de Deputado para Deputado, não serve, gente! Então, Deputado Artagão Júnior, V.Ex.^a que é o Corregedor desta Casa, determino que V.Ex.^a inicie imediatamente um processo junto à Corregedoria para avaliar todas as denúncias feitas pelo Deputado Ricardo Arruda e, da mesma forma, se encontrar elementos em relação a possíveis acusações do Deputado ao Renato, que as providências sejam tomadas e vamos encaminhar à Comissão de Ética. Com a palavra o Deputado Renato Freitas. Registro a presença na Casa do Deputado Vermelho. Seja bem-vindo.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Boa tarde, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, servidores desta Casa e população paranaense que nos assiste. Gostaria de lembrar a todos que quando avistarem alguém algemado, preso, maltratado, violentado, perseguido, assassinado, não se apressem, por favor, em dizê-lo malfeitor, inimigo da ordem, da paz, adversário mortal da justiça, porque veem no castigo o sinal da justiça, prejudgam, apontam os dedos, atiram a primeira

pedra. Lembro a vocês que há mais de dois mil anos alguém foi torturado, humilhado, cuspidado, assassinado; à época os religiosos hipócritas, os doutores da lei que lavam as mãos diziam ser ele um blasfemador, um insurgente que atentava contra a ordem pública porque queria ser rei e, portanto, merecia a pena capital. Aqui nesta Casa fiz uma denúncia e disse que a vida de um inocente foi ceifada - Caio José, o nome desse adolescente de 17 anos. Disse também que ele era querido pela família, pela comunidade, pela comunidade escolar e que nunca tinha tido conflitos com a lei ou de qualquer ordem, e que mesmo assim foi brutal e covardemente assassinado. Bom coração é o escudo do justo, abraça jatos d'água, acorda morador de praça, o *mundo jaz no maligno*. Quando fiz a denúncia, de imediato subiu à tribuna um Deputado desta Casa, Ricardo Arruda. O que ele disse? Que o Caio não era inocente, que as evidências... Quais evidências? A versão dos Guardas Municipais que indicavam que ele portava uma arma e que ele atentava contra a segurança dos agentes policiais, que ele atentava contra a vizinhança, contra os moradores? Disse ao senhor naquela oportunidade, Deputado Ricardo Arruda, que se arrependesse. Não o ameacei, não o injurie, não levantei levianas acusações, embora as acusações contra o senhor não sejam levianas por parte do Ministério Público do Paraná, instituição encarregada de investigar em muitos casos, como do Gaeco, e promover a denúncia, Delegado Tito Barichello. Há de se acreditar nas instituições, em especial no Ministério Público. O que o Ministério Público, Delegado Tito Barichello, disse em face das condutas do Deputado Ricardo Arruda? O que não é um bate-boca pessoal, Sr. Presidente, porque se trata de uma acusação pública de um representante público, feita pelo Ministério Público. Portanto, uma denúncia pública que muito interessa a esta Casa. É de interesse do povo paranaense saber que o Deputado Ricardo Arruda responde por tráfico de influência. Por que tráfico de influência? Assistam. Quem tem olhos de ver e ouvidos de ouvir preste atenção, porque a denúncia diz que o Ricardo Arruda, Deputado desta Casa, cobrava propinas, suborno, extorsão de 50 a R\$ 70 mil para readmitir nos quadros da Polícia Militar do Paraná os policiais expulsos pela corporação, aqueles policiais que cometeram crimes, sobretudo crimes contra a vida, a exemplo desses guardas municipais que

ele de imediato defendeu, desonrando a memória do Caio José e pisando no coração de uma mãe em luto. Ele que disse que o Caio portava uma arma e atentava contra a segurança dos Guardas Municipais, defendia policiais militares que cometeram muitos crimes, passaram por sindicâncias, processos administrativos. Enfim, em que pese o corporativismo, foram desligados da corporação. Qual era o último recurso? Se aliar aos poderosos, aos que não estão do lado do mais fraco, das viúvas, dos órfãos, do estrangeiro, dos que padecem. Tráfico de influência é um delito de colarinho branco. Não tenho influência, embora seja advogado, não tenho influência nem para alugar uma casa sem precisar de fiador, muito menos para readmitir nos quadros da Polícia Militar um sujeito ou vários sujeitos criminosos, como o senhor, segundo o Ministério Público do Paraná, faz ou ao menos fazia. Tráfico de influência para deixar a instituição Polícia Militar ainda mais letal, ainda mais corrupta. A partir da mentira, o senhor justifica a morte. Por isso, disse que o caminho da mentira é a morte. Quem mente é inimigo da vida. O senhor, quando mentiu aqui dizendo que o Caio José estava armado, mentiu e justificou, portanto, a sua morte em detrimento da justiça. Outros crimes o Ministério Público também acusa o Sr. Ricardo Arruda: associação criminosa, desvio de dinheiro público. *Ah, mas ladrão bom, bandido bom é bandido morto.* Morto. Será, Sr. Ricardo Arruda, que quando se olha no espelho, tem vontade de atentar contra a própria vida? Acredito que não. Acredito que não. Não prego essa política, porque prego a política, Sr. Tito Barichello, da vida. A política da vida me ensinou que todos os seres humanos podem mudar, mesmo os mais reprováveis e desprezíveis exemplares da condição humana podem mudar, arrepender-se e escolher outros caminhos. Portanto, Sr. Deputado Ricardo Arruda, reitero o meu pedido ao senhor: Arrependa-se. Arrependa-se, lute pela verdade, lute pela vida, assim não precisará inventar mensagem *fake* em rede social para se colocar em condição de vítima, assim o senhor não precisará me acusar, quando na verdade não advogo em causa própria, não advogo para o meu interesse. Advoguei aqui nesta tribuna no interesse da vida do Caio José, que não é meu parente, não era nem meu amigo e nem meu vizinho, mas, quando

salvamos uma vida, salvamos a humanidade inteira, quando fazemos justiça e falamos a verdade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Renato, um minuto para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... quando falamos a verdade e promovemos a justiça em relação a uma vida, mantemo-nos nós mesmos ainda vivos. Então, quando falo desta tribuna, Deputado Ricardo Arruda, não é para atentar contra a sua vida ou ameaçá-la, jamais, é justamente o contrário, para que o senhor também sinta a força vital da verdade, que também dentro do senhor mora. Somos nós o sal da terra, a luz do mundo. Não se deixe perder tão fácil nos labirintos do narcisismo, do egoísmo e da ambição, esse caminho leva à morte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Renato Freitas, gostaria de fazer uma solicitação a V.Ex.^a; sem nenhuma imposição, mas o assunto que vou tratar aqui já foi fruto de questionamento inclusive pelo Deputado Requião. O nosso Regimento Interno diz que quando um Parlamentar se reporta a outro, deve usar a expressão “Vossa Excelência” e não “senhor”. Isso vale para todos, inclusive a V.Ex.^a. Gostaria que, quando fosse à tribuna, pudesse fazer com que o nosso Regimento Interno possa ser realmente respeitado. Só esse apelo que faço a V.Ex.^a, independente a quem se reportar, ok? Com a palavra o Deputado Delegado Tito Barrichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar inicialmente o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano; cumprimento o Líder do Governo, meu amigo Deputado Hussein Bakri; estendo meus cumprimentos ao Líder da Oposição, Deputado Requião Filho; e cumprimento também os demais Deputados, nobres representantes do Legislativo pátrio. Consigno a presença aqui, Sr. Presidente, da minha irmã, Beatriz Barrichello, engenheira civil, empresária, que nos abrilhanta com sua presença, do meu cunhado Alexandre Boskovic, engenheiro eletricista -

foram empresários de grande porte, contribuindo para o engrandecimento do nosso Estado, do nosso País. Parabéns pelo trabalho de vocês, parabéns pela honestidade. Vocês são motivo de orgulho por parte do povo paranaense e catarinense. Consigno a presença da minha mãe, Irma Antônia Lambert Barrichello, que no dia 1.º de setembro, Deputado Requião Filho, vai fazer 90 anos, em 1.º de setembro, minha mãe, Irma Antonia Lambert Barrichello. Obrigado, mamãe, pela sua presença! Ainda sou o filhinho dela. Utilizo a palavra, Sr. Presidente, hoje, apenas para convidá-los para uma Audiência Pública que teremos à respeito do Conseg, a Mulher no Conseg, às 19 horas. Dentro de uma pauta de segurança pública pró-ativa, para frente, temos que compreender a importância da participação da sociedade. Em termos de criminologia, pode-se dizer que existe o controle formal e o controle informal. O controle formal é aquele dado pelo Estado, Ministério Público, Polícia Civil, Militar, Guardas Municipais; e o controle informal, por parte da sociedade, através de clubes de serviço e através da própria sociedade, principalmente pelos Conselhos. Então, é premente, é importante a participação da sociedade nos Conselhos, e a existência desses Conselhos. Quando estive em Almirante Tamandaré, tive o prazer, Sr. Presidente, de criar o Conselho de lá, porque nem Conselho existia. E em uma sociedade organizada, em uma sociedade pujante, em uma sociedade que enfrenta o crime, temos em regra uma participação ativa da sociedade - isso verificamos quando saímos do nosso País e vamos para outros países que têm uma segurança pública mais desenvolvida. Por quê? Porque a sociedade de forma proativa não aceita o crime. Aqui no Brasil temos uma máxima errada ainda, que crime é problema de polícia. É a frase mais errônea que já conheço. Crime é um problema da sociedade e se não houver a coparticipação da sociedade auxiliando as forças de segurança pública jamais alcançaremos o resultado que almejamos em nosso País. Então, teremos essa reunião a partir das 19 horas, é o meu primeiro contato como Deputado com os Conselhos. Pretendo não utilizá-los politicamente, muito pelo contrário, com total autonomia, mas espero que possam, de forma organizada e com uma participação mais ativa das mulheres, consigamos alcançar o resultado que é a inter-relação com os órgãos de persecução penal. A

Polícia Civil precisa de informações e o Conseg tem as informações. Então, convido a todos para a Audiência que ocorrerá hoje, a partir das 19 horas. Vamos iniciar, vamos começar, vamos discutir ideias, vamos buscar modelos que funcionam, Sr. Líder do Governo, em outros estados da federação e até em outros países, para trazer aqui ao Paraná. Então, convido V.Ex.^{as} para comparecerem hoje, às 19 horas, no Plenarinho, para discutirmos a questão da mulher no Conseg e os Consegs no Estado do Paraná.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Concede-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Deputado Arruda está pedindo um aparte. Sim, senhor.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Essa Audiência é importante, estarei presente. Muito importante. Só para deixar claro aqui a respeito das acusações aqui. O Deputado Renato Freitas não entende o que a gloriosa Polícia Militar é, essa corporação; ele acha que a Corregedoria da Polícia Militar é algo que qualquer um pode influenciar. Não, não é. A Corregedoria da Polícia Militar é algo muito séria. Duvido encontrar alguém que voltou a exercer o cargo por algum lobby político, não existe. As denúncias que foram feitas são infundadas, tanto que não foram acatadas pelo Tribunal de Justiça. Os policiais que foram ouvidos disseram o seguinte: *Nós nunca falamos com o Deputado Ricardo Arruda*. Estou muito tranquilo. Qualquer um de nós aqui, e muitos já foram investigados. Se alguém denunciar um Deputado, o MP é obrigado a investigar; e se joga na mídia, aí pega na mão de algum leviano, de alguma imprensa dessas e vai querer culpar. Sabem para quê? Tem um livro, Delegado, Deputado Tito, que se chama *Destruição da imagem da pessoa*. Esse é um livro que vale a pena ler, porque isso o PT é campeão em fazer. Para encobrir as fraudes, os crimes que eles cometem, eles tentam escolher um e óbvio que a vítima aqui no Paraná..., quem é o Deputado que mais bate no PT? Quem é que mais defendeu o Bolsonaro? Sou eu. Óbvio que a vítima do PT é minha. Mas estou tranquilo, porque o meu são denúncias infundadas, que não têm provas, porque nada aconteceu. Diferente de quem tem

passagem pela polícia e foi pego em flagrante delito, aí está comprovado o ato criminoso. Só isso. Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Perfeito. Senhor Presidente, coloco-me à disposição de todo e qualquer Deputado daqui que se sinta ameaçado, como Delegado faço questão de acompanhar pessoalmente na devida delegacia para apurar o fato e cobrar do Delegado responsável pela perseguição penal. Então, a todos os Deputados que de qualquer forma se sintam ameaçados, direta ou indiretamente, como Deputado Delegado, coloco-me à disposição para acompanhar a perseguição penal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde a todos e a todas, a todos os Deputados e Deputadas, à Presidência da Mesa, à Presidência da Casa. Venho aqui hoje usando o horário da Oposição para falar basicamente sobre dois temas. Semana passada, no dia do aniversário da cidade de Curitiba, capital do nosso Estado, chamei todos os Deputados de Curitiba e região, todos os Deputados da Oposição para fazerem uma visita técnica à empresa Essencis, que comanda o último aterro sanitário de Curitiba e, logo depois, para conhecer a ocupação Tiradentes, que hoje infelizmente é vítima de um despejo judicial. E quero ressaltar aqui primeiro o retorno dos Deputados, porque a nossa Bancada de Oposição toda acompanhou - o Deputado Arilson, representando a Comissão do Meio Ambiente, foi junto, os demais Deputados mandaram representantes, a Comissão de Direitos Humanos, do Professor Lemos, esteve presente também, a assessoria do Deputado Antenor, o Deputado Tito Barichello acompanhou a visita técnica e a visita na ocupação também. Quero dizer que é muito importante pensarmos nas questões ambientais e de moradia no nosso Estado, que hoje o Estado do Paraná sofre com um déficit habitacional muito grande, que não há uma política pública voltada para isso e que precisamos, como membros desta Casa, estarmos inseridos nesses debates. Foi aniversário de Curitiba e comemoramos todas as vitórias da nossa cidade, tudo

aquilo que ela conquistou, todas as coisas bonitas, os cartões-postais, mas esquecemos de falar dos problemas desta cidade. Esta cidade que é formada pelas ocupações urbanas e que hoje tem sofrido com vários despejos por todo Estado do Paraná. Então, quero aqui fazer a todos os Deputados um convite para conhecer as ocupações, para conhecer a realidade dessas famílias e entender o tamanho do problema que temos no nosso Estado. E isso passa para conseguir acompanhar, para conseguir conhecer melhor, mas para conseguir muitas vezes evitar que essas famílias passem por situações como essas. Ninguém que está lá - e agora falo especificamente da situação da Tiradentes II, que está hoje em um terreno da Empresa Essencis -, está lá porque quer. Muitas daquelas famílias, inclusive, vêm de outros despejos. Acompanhei no começo do ano o despejo na ocupação *Povo Sem Medo*, feita de forma muito truculenta, de forma sem avisar as famílias, sem dar tempo necessário para elas pensarem em outro lugar, sem ter as condições para realocação das famílias, cadastramento do FAS, fila da Cohab e tantas outras coisas. Infelizmente, muitas dessas famílias tiveram que ir para outra ocupação. Então, a nossa solução não pode ser só sair de despejo em despejo, é preciso também que tenha uma política pública efetiva e verdadeira em relação à política de habitação e de moradia no Estado do Paraná. E aqui fizemos uma visita muito proveitosa e conversamos com os membros da ocupação, com os moradores - Delegado Tito acompanhou também - e seguimos com algumas propostas, com algumas tentativas de soluções que trago para esta Casa com o compromisso de fazermos valer e de solucionarmos o problema dessas famílias. Primeiro, junto com a Universidade Federal do Paraná, ter um estudo sobre a qualidade da água na represa do rio Passaúna, porque esse aterro sanitário está localizado em cima do rio, está localizado ao lado da Sanepar - um risco ambiental muito grande. O segundo é o compromisso do poder público de que a reintegração de posse não ocorra sem antes que a Essencis preste informações à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público, que há algum tempo tenta entender a situação e não consegue, não tem retorno. Que seja realizado também o impacto ambiental sobre a permanência das famílias na ocupação Tiradentes. E ressalto isso aqui, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, porque há nessa ocupação uma

preocupação ambiental muito grande. Essa ocupação tem horta comunitária, produz sua própria energia com a água, tem uma preocupação com o terreno que está ali e é preciso que de fato se avalie qual é o verdadeiro impacto ambiental de a ocupação permanecer naquele local. A última é abrir uma mesa de negociações - aqui é muito importante a participação de todos os Deputados e Deputadas -, uma mesa de negociações com a Empresa Essencis, com a comunidade, com os movimentos populares, com os moradores, com as famílias, com o município de Curitiba, com esta Assembleia Legislativa. A Comissão de Defesa e Direitos da Juventude está à inteira disposição e sei que a Comissão de Meio Ambiente e Direitos Humanos também, para que encontremos uma solução viável para todos: para a empresa, para as famílias, para o município de Curitiba. A segunda pauta que me traz aqui hoje é em relação ao Edital n.º 11/2023, o edital que abre concurso público para professores no Estado do Paraná. Aqui há uma série de contradições e de questionamentos que gostaria de fazer para o Governo e aqui, Deputado Hussein Bakri, Líder do Governo, faço especialmente para o senhor, porque o senhor também é Presidente da Comissão de Educação, que é entender o número de vagas do edital. O edital prevê um total de 1.256 vagas. Não preciso nem falar aqui para vocês que essas vagas são completamente insuficientes para a demanda do nosso Estado em relação aos professores, que hoje possui 58 mil 368 vagas disponíveis. Mas, quero me atentar à cronologia de onde surge esse edital. Primeiro, em 2013, o último concurso realizado pelo Estado do Paraná, - aí vai o absurdo, são mais de 10 anos sem ter um concurso público para professores - foram ocupadas 11 mil 263 vagas, um déficit de quase mil vagas para os professores de matemática e português. Essas vagas não foram ocupadas, não foi chamado um novo concurso e, em agosto de 2019, depois de muito debate, vai e vem da Secretaria, dos Recursos Humanos e do Governo, conseguiu uma abertura de mil vagas para repor aquelas 988 e mais algumas. Curiosamente, quando vamos pegar o plano de cargos e de distribuição daquelas vagas, o que tinha sido 988 vagas para professores de matemática e português, passou para 680. Esse número a Seed e ninguém explica! A outra coisa é por que o Estado do Paraná se recusa veementemente em fazer um concurso público que

complemente de fato, oferte as vagas necessárias para a educação, quando há um estudo do próprio Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Educação afirmando que, para cada mil professores PSS de aulas extraordinárias, se contratar para o Quadro Próprio do Magistério, se fizer por edital, há uma economia de mais de R\$ 7 milhões? Por que o Estado do Paraná, por que a Secretaria Estadual de Educação não está fazendo o que é melhor para a educação, o que é melhor para os estudantes, o que é melhor para o Estado e o que é financeiramente mais viável? Por que insistem na precarização da educação? Por que insistem no sucateamento da educação? Sem falar dos vários outros problemas que vêm nesse edital, do vai e volta que o Recursos Humanos da Seed insiste, implora para abrir mais vagas e demoram 10 anos para conseguir abrir 200 vagas a mais para tentar melhorar a situação. Em 2020, sem explicação nenhuma, reduziram de mil vagas para 500, e por aí vai. Então, olha, só de 2016, Deputado Hussein Bakri, até 2020, acumularam-se 14 mil 137 desligamentos na Secretaria de Educação entre falecimentos, desoneração, afastamento e tantas outras coisas. Ou seja, as 1256 vagas são completamente ineficientes, são completamente contra a demanda da educação. Quero dizer que é muito importante termos um concurso público, melhor ter esse do que não ter nenhum, mas quero reforçar que a pauta da educação não pode só ser um palanque, não pode ser só para distribuir recurso de escola bonita e dizer que está tudo bem, não pode ser só para dizer que o Governo do Estado vai dar lá uniforme e é bonzinho. É preciso ter um compromisso real, é preciso ter um compromisso com os professores, professoras e funcionários de escolas, é preciso ter um compromisso com os estudantes, é preciso ter um compromisso de garantir que esses estudantes vão ter acesso a português, a matemática e a tantas outras disciplinas. É preciso que de fato o Estado corresponda com aquilo que seu próprio Departamento de Recursos Humanos está demandando: vagas suficientes para suprir as demandas nas escolas estaduais do Paraná. E aqui quero dizer que tenho um compromisso irrestrito com a educação e venho da base da educação... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada, um minuto para concluir.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Obrigada. E, por mais que tente ser benevolente com o Governo do Estado para tentar entender esse edital, para tentar entender por que as tabelas do Estado não correspondem ao que eles mesmos dizem, para tentar entender por que eles se recusam a economizar R\$ 7 milhões a cada mil professores, não consigo! Deixo aqui o meu questionamento: Qual é a explicação para esse edital ter mais vagas? Qual é a explicação para demorar 10 anos para ter um concurso público para os professores e oferecer irrisórias 1.200 vagas?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Último orador, Deputado Hussein. Antes disso, quero registrar a presença na Casa da Prefeita de Manfrinópolis, Sr.^a Ilena de Fátima Pegoraro Oliveira, e do Vice-Prefeito Taisler, por solicitação do Deputado Adão Litro e também, da Prefeita de Manfrinópolis, por solicitação da Deputada Luciana Rafagnin; do Prefeito de Santa Fé, Fernando Brambilla, e dos Vereadores Carnaúba e Reginaldo, e dos Vereadores de Santo Inácio, Sr.^a Cleide e Sr. Alexandre, por solicitação do Deputado Do Carmo. Deputado Hussein, com a palavra.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, boa semana. Uma saudação ao Deputado Zeca Dirceu, que vejo ali, Líder do Governo. Seja muito bem-vindo a esta Casa. Há pouco vi o Deputado Federal Enio Verri. E quero registrar ao Presidente do PT, Arilson, quero registrar o agradecimento do Governo do Paraná à Bancada de V.Ex.^a, que proporcionou uma reunião agora há pouco com o Secretário da Educação para tratar da possibilidade de recursos importantes do Governo Federal – através da Itaipu – para a educação do Paraná. Quero agradecer. É um gesto importante que a Itaipu está dando, e os Deputados Federais. Muito obrigado. Deputado Requião, V.Ex.^a vai tirar foto, mas preciso responder V.Ex.^a. Pode ficar tranquilo, que *é na bola*. Vossa Excelência falou que o Estado estava devendo para o Hospital Bom Jesus. Fui atrás das informações. O meu papel é esse, meu Vice-Líder Gugu e outro

Vice-Líder Artagão. O papel nosso é esse, responder. Fui atrás das informações e na vida nem tudo é como parece. Não é verdade? Tem sempre os dois lados. Vou responder a V.Ex.^a com o devido respeito, Requião, e inclusive, de antemão, coloco-me à disposição para que, se o hospital quiser, as portas da Saúde estão abertas. Primeiro: Todos os valores do contrato estão em dia. Prestem atenção: Não há um único centavo atrasado. Atendimentos pelo SUS são pagos, em média, em 60 dias, respeitando os trâmites. Por um determinado período, o hospital – prestem atenção – esteve sem certidão, fato esse que evidentemente atrapalha o repasse de recursos, e isso pode acontecer. Regularizada essa situação, o contrato foi refeito e, mesmo sem obrigação legal, o Estado se comprometeu e reconheceram esses valores, por se tratar de um hospital filantrópico... Presidente, ajude-me porque está para chover, acho que está para chuva! Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Está bom assim?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Está bom. Foi bem forte a apertada. Presta atenção, Deputado Requião: Um milhão e meio que V.Ex.^a falou, estamos aguardando o repasse do Ministério da Saúde. Não é verdade que está com a Secretaria, o valor não chegou. Qual é o motivo que não vai repassar? Não tem! Aditivo contratual de ortopedia: Foi à PGE, para parecer. Prestem atenção: 888 mil de auxílio emergencial para prestadores do SUS, o hospital precisa apresentar o plano de trabalho; 450 mil, a Sesa aguarda o envio da documentação completa pelo hospital; e 185 está finalizando o termo de convênio. O senhor quer... Só não demore muito, porque se não me judia. Sempre dou apartes.

Deputado Requião Filho (PT): Vou optar, meu caro Líder, por acreditar na irmã que esteve lá no meu gabinete trazendo a documentação. Vou conversar com a direção do hospital e passar a sua resposta, mas, entre ela e o Beto, fico com a irmã por uma questão de crença.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não é nem questão de crença ou nada, é questão de fato. Estou trazendo a V.Ex.^a um fato, estou narrando de público e

V.Ex.^a tem todo o direito de discordar. Inclusive franquio a V.Ex.^a, à irmã, a quem quer que seja uma reunião. Vamos à Secretaria de Saúde e vamos ver... Mas, está à disposição. Dito isso, Sr. Presidente, gostaria de me reportar à Deputada Ana Júlia, quero me colocar à disposição de V.Ex.^a nas pautas da educação. Nem tudo vamos conseguir resolver, mas quero me colocar e a Comissão de Educação está à sua disposição. Já tem um membro do seu Partido, que é o Deputado Lemos, que faz parte, mas V.Ex.^a tem todo o meu apoio e pode contar comigo. Só quero falar de habitação, que V.Ex.^a tem colocado aqui. Não sei se V.Ex.^a se reportou ao município ou ao Estado... Pode falar.

Deputada Ana Júlia (PT): Deputado Hussein, só para contribuir. Reportei-me a uma situação específica, um caso concreto do município de Curitiba, mas um problema que temos em todo o Estado do Paraná, que é a falta de política pública para a moradia.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Veja, talvez V.Ex.^a não tenha tomado conhecimento. No mandato passado, nesta Casa, os Deputados que estavam aqui, aprovamos um Projeto de Lei que destinou R\$ 450 milhões – o Deputado Guerra está me olhando e estava aqui – para que tivéssemos uma condição da Cohapar. Qual é a grande dificuldade para as pessoas mais humildes? A entrada. A entrada é 15 mil e a pessoa não tem recursos para dar a entrada. Se não tem dinheiro para dar a entrada, - o senhor estava na Cohapar, Corti - se não tem dinheiro para dar entrada, não vai sair a casa. Aprovamos aqui, Deputado Marcel Micheletto, R\$ 450 milhões, beneficiando 30 mil pessoas que estão podendo comprar sua casa. Acho que é uma política pública acertada, acho que é uma política pública correta e que beneficia os mais humildes. Portanto, tenho que discordar de V.Ex.^a no que tange ao Governo do Estado.

Deputado Luís Corti (PSB): Concede um aparte? Preciso fazer a sustentação deste tema porque o Paraná criou o maior programa de atendimento em nível do Brasil, de maneira subsidiada. Foram 30 mil casas que o Governo do Estado colocou, R\$ 15 mil aprovados por esta digna Assembleia, que deu condições para

que 30 mil pessoas adentrassem neste programa. Então, preciso lhe cumprimentar, Sr. Líder, aqui, confirmando de pronto esse programa *Casa Fácil*, abraçado com o Governo Federal, um programa importantíssimo para o a história do Paraná.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado, Deputado. Pulando de assunto, quero parabenizar nossa Bancada Feminina, especialmente a Deputada Flávia Francischini, pela iniciativa do belíssimo evento de hoje sobre o autismo. Lá em União da Vitória tenho dado todo o apoio a essa causa, em várias cidades que atuo, e é sempre importante trazer à baila, à tona este problema tão importante. Senhor Presidente, amigos que sabem que a agricultura do Paraná, Deputado Marcel, é muito forte, estou trazendo uma notícia para comemorarmos aqui. Adapar, IDR e Ceasa, os Presidentes dessas instituições do Paraná, os três Presidentes, Deputado Curi, serão Presidentes nacionais das suas instituições. Vejam que notícia fantástica! A Conesa, da Sanidade Agropecuária, o Altamir vai ser Presidente Nacional; a Asbraer, de extensão rural, é o Natalino quem vai ser o Presidente Nacional; e, para finalizar, o Eduardo Bublitz, que vocês conhecem tão bem, que é o nosso menino de ouro do Ceasa, Presidente, vai assumir a Abracen, que é a entidade nacional que trata do tema. Então, acho que é motivo de comemoração para todo o Paraná. Para finalizar, quero dizer para V.Ex.^a que estive com o Deputado Moacyr Fadel, colega, na reativação da Associação das Câmaras Municipais dos Campos Gerais, na última sexta-feira, e acho que é tão importante quando os Vereadores se unem, fortalecem-se, não é, Deputado? E vamos trabalhar juntos para atender. E desejo a todos e todas um ótimo final de semana! Vossa Excelência quer um Aparte, Deputado Artagão? Não? Então, encerro aqui a minha fala. Obrigado.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Artagão, por favor, *pela ordem*.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente, quero aproveitar o momento, a oportunidade e a atenção de todos os Parlamentares para reforçar o convite para a 1.^a Audiência Pública e reunião ordinária do Bloco da Madeira, criado nesta Casa com o apoio da unanimidade dos Deputados, que acontecerá na próxima terça-feira, Presidente. Na próxima terça-feira, às 9 horas da manhã, na Sala das Comissões, teremos a primeira reunião do Bloco da Madeira. E é importante destacar alguns dados referentes ao setor madeireiro que muitas vezes são desconhecidos, e por algumas pessoas o setor madeireiro é visto apenas como um vilão. O setor madeireiro responde pelo terceiro lugar no PIB do Estado do Paraná. O setor madeireiro respondeu, em 2021, por cerca de 12% das exportações do Estado do Paraná, 0,8 das exportações brasileiras. Ele atingiu US\$ 16,4 bilhões na sua movimentação financeira. É disso que estamos falando do setor produtivo na madeira, que existem desafios e também existem problemas, Deputado Gugu, e é sobre isso que queremos falar a partir da próxima terça-feira. Portanto, a partir de hoje, todas as Sessões, Deputado Vermelho, estaremos falando e contando com a atenção dos Parlamentares sobre a importância da participação de todos nessa Audiência Pública que acontecerá no próximo dia 11. Deputado Adriano, V.Ex.^a e todos os demais estão convidados para estarem conosco, às 9 horas da manhã, na Sala da CCJ. Amanhã falaremos um pouco mais sobre assuntos relativos a esse debate que faremos na próxima terça-feira, dia 11. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Artagão, aproveitando a sua estada aqui na tribuna, V.Ex.^a não estava presente, já determinei uma missão a V.Ex.^a como Corregedor da Casa.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Estava acompanhando, Presidente, do meu gabinete. Acompanhei o debate que ocorreu aqui nesta Sessão e estou à disposição dessa Presidência, conforme determina o nosso Regimento e a função de Corregedor. Cumpriremos com firmeza e responsabilidade essa determinação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. Registro a presença na Casa do Vereador de Curitiba, Marcos Vieira, por solicitação do Deputado Goura. Também do Prefeito de Guarapuava, que acabou de estar aqui na Presidência, por solicitação do Deputado Fabio, do Deputado Artagão, também desta Presidência e da Deputada Cristina. Senhores Deputados, logo após a Sessão, o Deputado Alexandre e a nossa pessoa gostaríamos de ter uma conversa com os líderes partidários, rapidamente, lá na Presidência. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (PROS), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (48 Parlamentares);* **Deputado ausente com justificativa:** *Do Carmo (UNIÃO), conforme art. 97 Inc. IV do § 3.º (1 Parlamentar);* **Deputados ausentes sem justificativa:** *Arlison*

Chiorato (PT), Cristina Silvestri (PSDB), Fabio Oliveira (PODE), Márcia Huçulak (PSD) e Reichembach (PSD) (5 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 199/2023**, da Deputada Cantora Mara Lima, que estabelece o Estatuto da Defesa e da Proteção Animal no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 200/2023**, do Deputado Denian Couto, que altera os §§ 3.º e 4.º do art. 11 da Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA; **Autuado sob o n.º 201/2023**, dos Deputados Gilberto Ribeiro e Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a disponibilização de cancelas exclusivas em praças de pedágio para motocicletas no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 202/2023**, do Deputado Samuel Dantas, que proíbe a prescrição de medicamentos para tratamento de doença sem a comprovação de diagnóstico, exceto em casos de urgência e emergência; **Autuado sob o n.º 203/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, que institui a instalação de portas giratórias com detector de metal em escolas públicas estaduais do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 204/2023**, do Deputado Marcel Micheletto, que altera a Lei Estadual n.º 13.964, de 20 de dezembro de 2002, que concede desconto de 50% (cinquenta por cento) em eventos culturais artísticos para doadores de sangue, a fim de incluir os doadores de um dos rins e doadores de parte do pulmão, fígado ou da medula óssea, órgãos que podem ser doados em vida; **Autuado sob o n.º 205/2023**, do Deputado Luis Corti, que dispõe sobre a inclusão do símbolo do autismo nas placas e demais identificações de filas e espaços preferenciais para check-in, embarque, assentos e outros referentes à aviação comercial e dispõe sobre a forma gratuita de emissão da Carteira de Identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA, no âmbito do Estado do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 206/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a proibição de exposição de crianças e adolescentes

em shows, peças teatrais, eventos culturais e palestras que promovam a sexualização e o incentivo à criminalidade e ao uso de drogas ilícitas, no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 207/2023**, da Deputada Maria Victória, que institui o Dia Estadual de Conscientização Sobre as Doenças Oculares Raras; **Autuado sob o n.º 208/2023**, do Deputado Batatinha, que dispõe sobre a instituição de política contra o etarismo, com o objetivo de combater a discriminação e promover a igualdade de oportunidades entre as diferentes faixas etárias, e dá outras providências.

Projeto de Decreto Legislativo: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 1/2023**, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Ademar Traiano, Alexandre Curi e Maria Victória, que reconhece, exclusivamente para os fins do que dispõe o art. 65 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública no município de Siqueira Campos.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – Redação final do Projeto de Lei n.º 239/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 39/2022, que institui o Sistema Esportivo Estadual e o Fundo Estadual do Esporte e dá outras providências. **Retirado de ofício por esta Presidência.**

ITEM 2 – Redação final do Projeto de Lei n.º 96/2023, de autoria do Poder Executivo, Ofício CEE/G 155/2023, que altera as leis que especifica e dá outras providências. Voto contrário de toda Bancada de Oposição. Os demais Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 3 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 133/2022, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que institui a Semana de Conscientização sobre a Importância

da Liberdade de Imprensa para a Democracia, a ser comemorada na primeira semana do mês de abril. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Com emenda de Plenário e parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno a Emenda aprovada em 2.^a Discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante Projeto da Deputada Luciana, tem o nosso apoio. É “*sim*”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição pede voto “*sim*”.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Enquanto os Deputados votam, quero contar com V.Ex.^a para que possamos fazer um comunicado e chamar a atenção de todos os colegas Deputados. Porque havíamos pré-determinado para amanhã a data da nossa reunião com os Parlamentares e assessores acerca dos Projetos que envolvem o autismo, no entanto V.Ex.^a fez uma reivindicação que acatamos e quero, portanto, pedir a V.Ex.^a que nos ajude então que essa data seja fixada para semana que vem e o horário, para que tenhamos clareza, para que os Deputados possam participar conosco.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): É importante a sua colocação, Deputado Evandro, e procede. No dia de amanhã teremos aquele anúncio do programa de Governo para tratar das cidades até 7 mil habitantes e que todos os Deputados, independente de posição política, estão convidado. Esse evento mudou também de local, não é mais no Palácio e sim na Fiep, às 10 horas da manhã. Então, fica aqui o comunicado. O evento acontecerá na Fiep, em um dos auditórios, amanhã, às 10 horas. Por essa razão, estamos propondo a alteração da reunião com os Deputados proponentes de Projetos que tratam do

autismo para terça-feira que vem, às 9 horas, aqui na Casa. Pode ser na sala da Presidência, inclusive. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Denian Couto, Flávia Francischini, Mabel Canto, Nelson Justus e Reichembach (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda em 2.ª discussão.**

Agora, vamos submeter ao voto os Itens 4 a 7 agrupados, por serem matérias correlatas.

ITEM 4 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 448/2022, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Melhores Amigos dos Animais – AMAA, com sede no município de Goioerê. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 11/2023, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede Título de Utilidade Pública à Associação Araucariense de Handebol, com sede no município de Araucária. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 49/2023, de autoria dos Deputados Ricardo Arruda e Batatinha, que concede o Título de Utilidade Pública à Comunidade Terapêutica Ele Vive, com sede no município de Matelândia. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 65/2023, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais de Londrina, com sede no município de Londrina. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição pede o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Prudentópolis, Maurício Bosak e Junior Pontarollo, por solicitação da Deputada Cristina Silvestri. Sejam bem-vindos. Ainda pendentes os votos dos Deputados Adão Litro, Anibelli, Batatinha, Cristina Silvestri, Do Carmo e Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor , Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (45 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Batatinha, Cristina Silvestri, Denian Couto, Do Carmo, Flávia Francischini, Mabel Canto, Nelson Justus e Reichembach (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Itens 4 a 7.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 9/2022, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Ofício n.º 1299/2022, que altera a redação do §52 do art. 115 da Lei Complementar n.º 85/1999, Lei Orgânica e

Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Marcel Micheletto, Cristina Silvestri, Do Carmo, Evandro Araújo, Alexandre Curi e Soldado Adriano José. Deputado Soldado Adriano, seu voto é “*sim*”? Registro aqui. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luís Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (47 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Denian Couto, Evandro Araújo, Mabel Canto, Nelson Justus e Reichembach (7 Deputados).*]
Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 9/2022.**

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 430/2022, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Ofício n.º 993/2022, que cria cargos no quadro de servidores do ministério público do Estado do Paraná, conforme especifica, e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Anibelli Neto, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Gugu Bueno, Luís Corti e Renato Freitas. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor , Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Márcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (47 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Denian Couto, Evandro Araújo, Mabel Canto, Nelson Justus e Reichembach (7 Deputados).*] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 430/2022.**

Os Itens 10 e 11 também faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 10 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 14/2023, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 73/2023, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Dois Vizinhos. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 11 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 15/2023, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 72/2023, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Porecatu.

Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Esta Presidência quer parabenizar a Deputada Flávia Francischini pelo evento que promoveu hoje pela manhã, uma Audiência Pública para tratar das questões de autismo, com a presença de inúmeros Sr.^s Deputados e Deputadas. Uma bela Audiência Pública.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): *Pela ordem, Presidente. Queria só aproveitar para agradecer a presença dos meus amigos, dos meus colegas que puderam estar presentes e também dos Deputados que não puderam por compromissos, mas que pediram as camisas e estão conosco nesta caminhada. Fico muito feliz, não só como Parlamentar, mas como mãe, em saber que temos aqui pessoas sensíveis, pessoas que vestem esta camisa. Obrigada.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Cristina, Evandro Araújo, Flávia Francischini, Goura, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Professor Lemos, Ricardo Arruda e Tiago Amaral.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Meu voto é favorável. A digital não está funcionando. Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra,

Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Denian Couto, Evandro Araújo, Flávia Francischini, Mabel Canto, Nelson Justus e Reichembach (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos. Quarenta e sete votos, com o voto da Deputada Flávia Francischini. Está aprovado o Projeto.**

Os Itens 13 a 17 também faremos votação simbólica, por tratarem de matérias correlatas. Em discussão. Em votação... Ah, acho que me adiantei aqui. Vamos voltar um pouquinho para trás!

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 26/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 1/2023, que aprova crédito especial, alterando o vigente orçamento geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Projeto importante. O voto é “sim”. Peço a atenção de todos os Deputados.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Voto “sim”.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Só queria informar aqui à Bancada Evangélica que, logo após a Sessão, teremos uma breve reunião aqui na sala Arnaldo Busato. Quero convocar todos da Bancada Evangélica. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Luís Corti, Cristina Silvestri e Goura. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (47 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Denian Couto, Evandro Araújo, Luis Corti, Mabel Canto, Nelson Justus e Reichembach (7 Deputados).]* Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 26/2023. Quarenta e oito votos, com o voto do Deputado Luís Corti. Está aprovado o Projeto.**

Agora sim vamos aos Itens 13 a 17, por serem matérias correlatas.

ITEM 13 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 90/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 12/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Foz do Iguaçu do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 14 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 91/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 13/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Morretes do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 15 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 92/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 14/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a

doação ao município de Palmas do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 16 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 93/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 15/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de São Pedro do Iguaçu do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 17 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 94/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 16/2023, que autoriza o Poder executivo a efetuar a doação ao município de Paranaity do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”. Repito, voto “*sim*”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Voto “*sim*”, só para não brigar mais com o Hussein hoje.

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Para encaminhamento, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Matheus.

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Estes Projetos tratam da doação de imóveis para Foz do Iguaçu e quero pedir o apoio de todos os colegas pela suma importância que tem a doação da área para o município. Trata-se lá de um posto de saúde que atende uma região de 30 mil habitantes e que tem 10 mil m². Tendo em vista também que o Comus – Conselho Municipal de Saúde da nossa cidade faz parte desse mesmo local. Então, a importância e peço o apoio de todos os colegas a este Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Delegado Tito, que acabou de votar, Do Carmo, Douglas

Fabício, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Romanelli, Ricardo Arruda e Samuel Dantas. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Denian Couto, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Nelson Justus e Reichembach (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados todos os Projetos. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável dos Deputados Gilson de Souza e Luiz Claudio Romanelli.)**

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Senhor Presidente, Deputado Gilson de Souza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Gilson.

DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PL): Apenas para registrar o meu voto “sim” nesse Projeto que não consegui votar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado em Ata, Deputado.

ITEM 18 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 154/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 24/2023, que aprova crédito especial, alterando o vigente orçamento geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*. Apenas para registrar o meu voto favorável também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Romanelli.

Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Para encaminhar. Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputado Batatinha.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Dezoito, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Isso.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Projeto n.º 154/23. Só deixar o registro e parabenizar, porque, conversando aqui com o meu assessor, esta é uma demanda muito antiga, de quando ele estava na Escola de Soldado, hoje ele já é Major. Então, antes tarde do que nunca! Deixar o registro e parabenizar aqui, então, o Governador por liberar a compra do terreno e também da estrutura do 22.º Batalhão da Polícia Militar. Então, um agradecimento ao Governador. Agradecer ao Secretário de Segurança, Cel. Hudson, e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Teixeira, por essa conquista, então, do 22.º Batalhão da Polícia Militar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos votar, então, Sr.ºs Deputados. Ainda pendentes os votos dos Deputados Arilson, Batatinha, Cristina Silvestri, Jacovós, Do Carmo, Evandro Araújo, Marcel Micheletto, Maria Victoria, Professor Lemos, Renato Freitas e Tiago Amaral. Sempre lembrando aos Sr.ºs

Deputados que logo após a Sessão, aos Líderes, os Líderes, a reunião será rápida. Podemos fazer em uma das salas aqui ao lado, para uma conversa com a Mesa Executiva. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (47 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Denian Couto, Evandro Araújo, Mabel Canto, Nelson Justus e Reichembach (7 Deputados).]* Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 154/2023.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 537/2023, do Deputado Arilson Chiorato, adiado de Sessão anterior, requerendo informações ao Chefe da Casa Civil do Paraná sobre os contratos referentes à privatização e sobre a condenação da Companhia Paranaense de Energia-Copel. Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, existe uma música sertaneja que coloca que *não adianta negarmos as aparências, disfarçando as evidências*. Hoje, o pedido deste Requerimento é para que o Governo do Estado do Paraná, acionista majoritário da Copel, que está pretendendo se desfazer das ações e privatizar a companhia do Estado, uma empresa altamente lucrativa, conforme os balanços divulgados nos últimos anos, venha justificar o que vem

ocorrendo na empresa. O povo paranaense, os seus acionistas, os consumidores, os órgãos de controle precisam de explicação por parte da atual gestão da Copel e, claro, do Governo do Estado do Paraná em relação às dívidas da Copel que parecem supostamente estar sendo escondidas. Por exemplo, essa questão da empresa de energias renováveis CER e outras, parece um contrato estranhamente descumprido com a fornecedora que foi parar em um determinado lugar e que gerou uma sentença que não cabe mais recurso, uma dívida bilionária supostamente, supostamente de R\$ 3,5 bilhões. É uma chamada sentença na Câmara Arbitral que condenou a Copel ao pagamento desse grande valor. O pior de tudo isso é que o Governo do Estado espera privatizar a Copel e omitir essa informação, caso ela seja verdadeira. Então, para antecipar e para ajudar o Governo do Estado a não fazer... **(Com fulcro no art. 167, V do Regimento Interno, por solicitação do Presidente Ademar Traiano, o orador substituiu o termo chulo utilizado neste momento.)** ... esse erro grave na privatização da Copel, estou pedindo para ele explicar se é verdade que existe isso. Porque, caso o Governo privatize, se for feita a privatização e essa informação for verdadeira, vai dar anulação de todo o processo. Então, estou pedindo também cópia das contratações em torno de R\$ 30 milhões, sem licitação, em consultoria e escritórios de advocacia da Copel que ocorreram. Inclusive, não informou para a Bolsa de Valores a contratação do BTG Pactual, o banco do Paulo Guedes e do Fábio Faria, do SBT. Então, estou solicitando aqui informações. Quero saber o que impede a Copel de mostrar isso através do seu balanço. Qual o valor dessa suposta dívida? Qual a sentença de arbitragem? Mostrar o valor da dívida por inteiro e, claro, fazer com que a Copel traga segurança aos acionistas. Queremos transparência, queremos que os Deputados saibam o que está se passando na Copel e que não haja..., na companhia de energia não pode haver escuridão, tem que estar tudo às claras na companhia de energia, até porque ela fornece energia elétrica para iluminar o Estado do Paraná e lá não podemos ter escuridão, principalmente nos processos que estão ocorrendo lá. São suposições, são denúncias e, claro, se forem comprovadas pelo Governo que não foram verdadeiras, terão aqui da minha pessoa a retratação pública, porque estou

levantando com base em informações que foram informadas e checadas até o meu gabinete. Olhe, Presidente, a Copel é o orgulho do povo paranaense. Já temos um litígio que envolve o Itaú, no valor de R\$ 3,5 bilhões, aproximadamente, que está para ser um acordo feito entre o Governo do Estado, a Copel e o Itaú, agora cai aqui em uma provável dívida de uma Câmara de Arbitragem Brasil-Canadá que traz um valor de R\$ 3,5 bilhões e o balanço da Copel reserva, para o ano de 2021, R\$ 600 milhões para pagamento, por fim ocorrem contratações espantosas, em uma vulta quantia de R\$ 30 milhões, sem licitação, de janeiro deste ano até agora, para se fazer a privatização da Copel. A Copel está se contratando para ser privatizada. Quem tem que fazer o estudo de contratação é quem quer privatizá-la, que é o acionista maior, que é o Governo do Estado. Mas, estou entendendo, pela morosidade da vida pública, pela burocracia que é ter que licitar, foi-se feito esse entendimento, Maurício, de passar direto pela Copel. Então, como o Governo colocou, Deputado Hussein, na última Sessão, que não tem nada a esconder, vamos votar “*sim*” e aprovar o Pedido de Informações, para a Copel trazer às claras, gerar iluminação total nos processos, com essa iluminação de excelência que faz pelo Paraná, aqui no nosso debate e termos a verdade esclarecida. Voto “*sim*” ao Requerimento.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein, para encaminhar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vai ser de luz de LED a iluminação que você quer, pode ter certeza. Primeiro que V.Ex.^a fala em suposições. Vossa Excelência está no seu papel de Oposição, recebeu uma denúncia que até agora não sei de onde. Gostaria que ela fosse uma denúncia verdadeira, com nome, com sobrenome, com local, porque, veja, ninguém mais aguenta denúncia anônima. Alguém aguenta, ou não? Ninguém aguenta! É fácil fazer uma denúncia anônima para manchar, denegrir alguém. Mas, ainda assim, Deputado, V. Ex.^a está exercendo o seu papel. Ofereço-lhe o que ofereci a todos os Deputados nos

quatro anos aqui. Nunca neguei um Requerimento nesta Casa para ser enviado como envio de expediente. Ofereço para V.Ex.^a nessas condições. Por que tem que ser diferente para o senhor? Todos aceitaram aqui. Se V.Ex.^a aceitar, aceitamos fazer como envio de expediente; caso contrário, vou pedir pela reprovação do Requerimento. Vossa Excelência tem a Frente Parlamentar para trabalhar, para agir e ninguém vai cercear V.Ex.^a de qualquer tipo de ação. Portanto, como envio de expediente, aceitamos; caso contrário, peço a rejeição do Requerimento. Não sei se V.Ex.^a aceita.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Não, Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não. Então, vamos...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Vou responder, ou você vai... Você pediu para mim se eu posso...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Entendi que não. Desculpa.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Você vai deixar eu responder?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço desculpas, não entendi. Calma!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, embora o fato de ser anônima, tenho informações que construí aqui para fazer este debate. Calma, Hussein. Calma! Vou ser educado com você, como sempre fui. Quero a resposta, é exigência. Independente de ser anônima ou não, a Copel tem que responder isto daqui.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando. Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço a todos que compõem a nossa base o voto “*não*”, com todo o respeito à iniciativa dos Deputados. “*Não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein, o seu voto, por favor.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Presidente, não estou conseguindo registrar o nosso voto, mas o nosso voto é “*não*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputados Alisson, Cristina, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Ney Leprevost e Soldado Adriano. É possível votar em outro terminal, se está tendo problema nesse.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Estamos finalizando. Àqueles que não votaram, é “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Soldado Adriano, vou aguardar o seu voto, V.Ex.^a acaba de adentrar a este recinto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Ana Julia Ribeiro, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (9 Deputados); **Votaram Não:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes da Tv, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (35 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Denian Couto, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Mabel Canto, Nelson Justus, Ney Leprevost e Reichembach (10 Deputados).] Com 9 votos favoráveis e 35 votos contrários, **está rejeitado o Requerimento.**

Requerimento n.º 579/2023, do Deputado Tiago Amaral, solicitando informações ao Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, Sr. Cláudio Stábile, para que se manifeste acerca dos recorrentes problemas envolvendo buracos nas vias e passeios da cidade de Londrina, causados por obras mal acabadas, realizadas pelas terceirizadas contratadas pela Sanepar. Em especial, apontando soluções e prazos para tanto. Deputado Líder, como se posiciona?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, houve um acordo com o Deputado como envio de expediente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Envia-se como envio de expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 548 a 554/2023, do Deputado Gilson de Souza, solicitando o registro e o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento dos Sr.º: Pedra Aparecida Bucci; Dr. Luiz Penteado de Carvalho; Carlos Eduardo Marcondes; Dr.ª Paula Nogara Guérios; Antônio Carlos de Castro; Alessandra do Rocio de Andrade; e Antonia Carraro Neri; **Requerimentos n.ºs 555 e 556/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o registro de votos de congratulações com menção honrosa aos Sr.º Antônio Deoclides Zini e Leopoldo Nestor Furlan, ambos pelos valorosos préstimos aos munícipes de Cascavel; **Requerimento n.º 558/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro de menção honrosa ao Sr. Alexandre Leal da Cruz, pelos trabalhos prestados a toda a população do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 559/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o registro de votos de congratulações aos integrantes do Hospital do Câncer-Uopeccan, pelos relevantes serviços prestados aos pacientes oncológicos; **Requerimento n.º 560/2023**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Diretor do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, e ao Gerente Regional do DER/PR de Londrina, Sr. Marco Aurélio

Gataz Sguario, requerendo empenho e providências administrativas na realização de recape e pintura asfáltica na PR-443, trechos entre o município de Rancho Alegre-Uraí e trecho entre o município de Rancho Alegre ao trevo do município de Sertaneja; **Requerimento n.º 561/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Educação e ao Secretário de Estado da Segurança Pública requerendo providências diante da crescente incidência dos casos de violência em instituições de ensino; **Requerimento n.º 562/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o envio de expediente ao Chefe de Estado Maior do Corpo de Bombeiros, Cel. Gelson Marcelo Jahnke, requerendo a transformação do 6.º Subgrupamento de Bombeiros independente de Umuarama em Companhia independente; **Requerimento n.º 564/2023**, do Deputado Renato Freitas, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, com vista à intercessão junto ao Secretário da Administração e da Previdência, Sr. Elisandro Pires Frigo, e ao Secretário de Educação, Sr. Roni Miranda Vieira, requerendo informações sobre o Edital n.º 011/2023-DRH/SEAP, que dispõe sobre concurso público para docência no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 566/2023**, da Deputada Ana Júlia, requerendo o envio de expediente à Prefeitura de Londrina/PR, requerendo esclarecimentos quando à situação das obras da Área de Lazer Luigi Borghesi, conhecido por “Zerão”; **Requerimento n.º 567/2023**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de votos de pesar à Família pelo falecimento de Adilson Vieira Simões, ocorrido em Ponta Grossa; **Requerimento n.º 568/2023**, do Deputado Goura, o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo medidas urgentes para viabilizar o transporte universitário dos discentes no Litoral do Paraná; **Requerimento n.º 569/2023**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para o Dr. José Alcino Gil, por seu pioneirismo como médico anesthesiologista na região do município de Umuarama, no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 570/2023**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para o Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), por seus 20 anos de existência com qualidade

acadêmica; **Requerimentos n.ºs 571 e 572/2023**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações a André Mendes e Bruna Alcântara, artistas paranaenses, por suas indicações ao Prêmio Pipa 2023; **Requerimento n.º 573/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário de Educação, Sr. Roni Miranda Vieira, e ao Secretário de Esportes, Sr. Hélio Wirbiski, para que dediquem esforços a fim de viabilizar 54 placas de tatame de 20 ou 30 mm à Escola Estadual Prefeito Djalma Johnsson, localizada em Colombo; **Requerimento n.º 574/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro de votos de pesar à família pelo falecimento de Dom Lúcio Ignácio Baumgaertner, Arcebispo Emérito de Cascavel; **Requerimento n.º 575/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Infraestrutura e Logística, requerendo a pavimentação da PR-575, trecho de 11 km entre o Distrito Jotaesse e o Distrito de Palmitópolis; **Requerimento n.º 576/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o registro de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. João Clodis Bevilacqua, ocorrido no dia 27 de março, no município de Pato Branco; **Requerimento n.º 580/2023**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expedientes ao Secretário de Estado de Segurança Pública, Cel. Hudson Leôncio Teixeira, e ao Delegado-Geral da Polícia Civil do Paraná, Sr. Silvio Jacob Rockembach, requerendo a adoção de providências emergenciais no sentido de que sejam disponibilizadas aos efetivos das polícias civis e militares as armas pistolas modelo 9 mm de marca Beretta adquiridas pelo Governo do Estado do Paraná em dezembro de 2021; **Requerimento n.º 581/2023**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Cônsul-Geral Adjunto do Japão em Curitiba para o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Ex.^{mo} Kazuu Wakaeda, pelos relevantes serviços prestados às comunidades nipo-brasileiras no Paraná.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 557/2023, dos Deputados Marcel Micheletto e Delegado Jacovós, solicitando a inclusão do

Deputado Delegado Jacovós na Frente Parlamentar para Acompanhamento de Renegociação do Tratado de Itaipú; **Requerimento n.º 563/2023**, dos Deputados Delegado Tito Barichello, Requião Filho, Professor Lemos e Delegado Jacovós, solicitando a inclusão do Deputado Tito Barichello como co-autor do Projeto de Lei n.º 347/2017.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 582/2023**, dos Deputados Professor Lemos e Goura, requerendo o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 22 de maio de 2023 para homenagear os 80 anos da ocorrência do levante do Gueto de Varsóvia, usando da palavra a Sr.^a Noemi Osna Carriconde, jornalista e radialista, integrante da comunidade judaica; **Requerimento n.º 583/2023**, da Deputada Ana Júlia e do Deputado Professor Lemos, Líder do Bloco PT/PDT, requerendo o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 29 de maio de 2023 para ouvir Célio Martins, Presidente do Sindijor/PR, que disporá sobre o Dia do Jornalista, celebrado no dia 7 de abril, oportunidade em que poderá dispor sobre os anseios da profissão e expôr as condições em que se encontram os profissionais do jornalismo do Estado do Paraná.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 565/2023**, do Deputado Goura, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 28 de março de 2023; **Requerimento n.º 577/2023**, do Deputado Alisson Wandscheer, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de março de 2023; **Requerimento n.º 578/2023**, do Deputado Reichembach, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 3 de abril de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, Sr.^s Deputados, marcando para amanhã, como havia anunciado, duas Sessões, a Ordinária normal de terça e a Ordinária

de quarta-feira, à hora regimental, com as seguintes **Ordens do Dia: 1.^a Ordinária**, Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 133/2022 e 239/2022; 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 9/2022 e dos Projetos de Lei n.ºs 430/2022, 14/2023, 15/2023, 26/2023, 90/2023, 91/2023, 92/2023, 93/2023, 94/2023 e 154/2023 e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 34/2021 e 519/2022; e **2.^a Ordinária, antecipada de quarta-feira**, 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 34/2021 e 519/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 405/2019, 544/2022, 35/2023, 127/2023, 128/2023, 129/2023, 130/2023, 131/2023, 132/2023, 163/2023, 164/2023, 165/2023, 166/2023, 167/2023 e 192/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 12h16, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)